

HOMENS E MULHERES EM CRÔNICAS DE LUIS FERNANDO VERÍSSIMO: UM ESTUDO TEXTUAL/DISCURSIVO

Nadja Pattresi de Souza e SILVA
Universidade Federal Fluminense (UFF)
nadja.pattresi@gmail.com

Resumo: Com base na interface texto/discurso, este trabalho propõe analisar o processo de construção/desconstrução de identidades masculinas e femininas em crônicas de Luis Fernando Veríssimo. À luz da Semântica Argumentativa (ANSCOMBRE; DUCROT, 1983) e de estudos sobre enunciação e polifonia (GUIMARÃES, 1987; DUCROT, 1987), investigamos como estereótipos masculinos e femininos são ora ratificados, ora remodelados pela presença de múltiplas vozes nas crônicas. A fim de recobrir esse traço polifônico, atemos aos mecanismos de pressuposição e subentendidos em geral, e àqueles especificamente relacionados ao conector *mas*, índice linguístico de alto valor argumentativo e de grande relevância para o projeto comunicativo delineado nos textos. Recorremos, ainda, aos conceitos de contrato de comunicação e de identidades psicossociais e discursivas, desenvolvidos pela Semiologia (CHARAUDEAU, 2006, 2008). Nas crônicas selecionadas, identificamos que o projeto comunicativo que visa, sobretudo, ao humor, se fundamenta no jogo de alternâncias entre diferentes enunciadores, que se revelam pelo uso de estratégias linguísticas e discursivas. Ao final da análise, ratificamos que há uma íntima relação entre mecanismos linguísticos e discursivos, concorrendo, significativamente, para a interpretação das crônicas. Concluimos, também, que o reconhecimento desses mecanismos pode se tornar uma relevante ferramenta na formação de leitores mais proficientes, atentos ao multifacetado funcionamento da linguagem.

Palavras-chave: Semântica Argumentativa; Semiologia; crônica; polifonia; identidade psicossocial e discursiva.

1. Introdução

Neste trabalho, propomos a análise de duas crônicas de Luis Fernando Verissimo (2004) com vistas a investigar a construção e desconstrução de estereótipos femininos e masculinos a partir de estratégias textuais e discursivas, tais como o recurso ao conector *mas* e aos processos de pressuposição e subentendidos.

A fim de proceder à análise, recorreremos, basicamente, a duas principais teorias discursivas, quais sejam a Semântica Argumentativa, representadas por Ducrot (1987), Guimarães (1987) e Koch (1992, 2006), e a Semiologia, desenvolvida por Charaudeau (2005, 2006, 2008). Da primeira, o conceito de operador argumentativo, com ênfase no *mas*, será explorado, e da segunda, os postulados de contrato de comunicação e de identidades sociais e discursivas serão referidos. A fundamentação teórica inclui, ainda, estudos sobre estereótipos desenvolvidos por Lysardo-Dias (1997) e uma breve apresentação da crônica, uma vez que representa o gênero textual aqui contemplado.

Quanto ao *corpus* analisado, trata-se de dois textos, intitulados *Aniversário* e *O Mendoncinha*, reunidos na coletânea publicada em 2004, denominada *O melhor das comédias da vida privada*.

2. As identidades e o contrato de comunicação: a abordagem semiolinguística

Definido como “o conjunto das condições nas quais se realiza qualquer ato de comunicação (qualquer que seja sua forma, oral ou escrita, monolocutiva ou interlocutiva)” (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2006, p. 132), o conceito de contrato de comunicação ocupa destacada posição na teoria semiolinguística de Análise do Discurso.

Nesse contrato de comunicação instaurado entre os sujeitos em interação, há sempre uma intencionalidade condicionada não só a um espaço de restrições, dado, por exemplo, pelos rituais linguageiros que regulam as práticas sociais num dado espaço e tempo, como também, e, ao mesmo tempo, a um espaço de estratégias, configurado pelas escolhas de que os sujeitos dispõem para dar conta de seu projeto de fala. Em outras palavras, pode-se dizer que o ato de linguagem se desdobra em dois níveis: um interno e outro externo ao enunciado, ambos essenciais e interdependentes em seu processo de significação.

Desse desdobramento, originam-se dois tipos de sujeito de linguagem no contrato de comunicação: os *parceiros*, dotados de identidade psicossocial e de intenções, chamados de *sujeito comunicante* e *sujeito interpretante*, conforme estejam, respectivamente, no polo produtor e receptor do enunciado; e os *protagonistas*, portadores de *identidade discursiva*, denominados *sujeito enunciator* e *sujeito destinatário*. Ao interagir com o outro, o sujeito se desdobra e se mostra em seus diferentes traços identitários que, mesmo prescindindo de uma essência una, podem ser analisados em termos de sua dupla constituição/dimensão: a psicossocial e a discursiva.

Embora o *sujeito comunicante* encontre sua contraparte no *sujeito enunciator* e o *sujeito interpretante* esteja ligado ao *sujeito destinatário*, não há uma relação de total correspondência entre eles. No processo de interação, um complexo jogo de imagens é tecido, de modo que as hipóteses formuladas pelo *sujeito comunicante* a respeito do *sujeito interpretante* podem ou não se realizar, condição que concorre para o sucesso ou o fracasso – total ou parcial – do projeto comunicativo. De outro lado, o êxito ou o malogro do projeto também pode resultar da divergência entre a imagem que o *tu-interpretante* faz sobre o *eu-comunicante* e aquela que este tece de si mesmo – o que corresponde, em ambos os casos, ao *eu-enunciator*, que pode, inclusive, mascarar a identidade social do *eu-comunicante*¹.

A relação contratual entre os parceiros do ato de linguagem não depende apenas do estatuto social dos envolvidos. Ela configura-se também a partir dos elementos do contexto situacional e do jogo de interesses ali construído. Pode-se afirmar, inclusive, que a situação de comunicação é a instância responsável por atualizar os traços identitários pertinentes a um determinado contrato de comunicação.

Na interação que se concretiza num ato de linguagem, pois, pode-se observar a existência e a interdependência de três níveis de estruturação, a saber (CHARAUDEAU, 2005, p. 18): o *nível do situacional*, que recobre a finalidade do ato de linguagem, a identidade e o domínio de saber dos parceiros, e as dimensões de espaço e tempo; o *nível do comunicacional*, que diz respeito aos papéis linguageiros assumidos pelos sujeitos segundo sua identidade, finalidade, tema e circunstâncias materiais; e o *nível do discursivo*, que constitui o espaço do dizer e abarca as estratégias de que o sujeito, como enunciator, utiliza-se na construção do seu discurso.

Desse modo, afirma-se que comunicar algo é proceder a uma encenação, a uma *mis-en-scène* (CHARAUDEAU, 2008, p. 68) de que participam, basicamente, a situação de comunicação (esquema físico e mental no qual se enquadram os parceiros da troca linguageira), os modos de organização do discurso (princípios de organização do que se diz,

¹ Neste trabalho, utilizamos os termos *sujeito-comunicante* / *sujeito-interpretante* e *sujeito-enunciator* / *sujeito-destinatário* e seus respectivos equivalentes: *eu-comunicante* / *tu-interpretante* e *eu-enunciator* / *tu-destinatário*.

englobando o enunciar, o narrar, o descrever, o argumentar), a língua (material organizado em forma e sentido) e o texto (concretização do ato de comunicação em função das escolhas feitas a partir das categorias de língua, dos modos de organização e das restrições da situação).

A partir das finalidades e da configuração do projeto de fala consubstanciado num contrato de comunicação, é possível agrupar os textos em categorias mais específicas denominadas gêneros, formas pelas quais interagimos a todo instante, que se organizam a partir de um ou mais modos de organização e de que a crônica constitui um exemplo, conforme apresentaremos a seguir.

Quanto à questão da identidade, pode-se afirmar que diz respeito a um elemento em constante construção na relação que se institui entre um *eu* e um *tu*. Desse modo, não haveria uma unidade identitária, e sim uma composição de traços identitários instituídos por motivações ora biológicas, ora psicológicas e sociais. Ainda assim, esses traços necessitam de um reconhecimento diante do *outro*, ensejando, segundo Charaudeau (2006), a caracterização de identidades sociais e discursivas.

De acordo com o autor, a identidade social é aquilo que confere legitimidade ao sujeito, permitindo que ele fale ou aja desta ou daquela maneira. Tal legitimidade se alicerça na noção de valores comuns, aceitos por todos, e em normas institucionais, que orientam cada domínio das interações sociais e investem cada sujeito em funções, lugares e papéis específicos. A legitimidade provém do reconhecimento comum de um saber-fazer relacionado à “performance do indivíduo (experto), [...] uma posição de poder reconhecida por filiação (ser bem nascido) ou por atribuição (ser eleito/ser condecorado), [...] uma posição de testemunha por ter vivido o acontecimento ou ter-se engajado (o militante/o combatente)” (*op.cit.*, p. 346).

A identidade social, portanto, é algo construído e em construção: de um lado, apoia-se em traços biológicos e sociais e, de outro, necessita de uma base de reconhecimento, de legitimação por parte de um *tu*, numa dada situação de comunicação.

Embora a identidade de natureza psicossocial se baseie, em alguma medida, em elementos mais estáveis, como traços biológicos e profissionais, por exemplo, tais elementos podem ser reforçados, mascarados e até reconfigurados no circuito do dizer segundo a maneira pela qual os sujeitos falam e interagem. A atualização da identidade social e a construção dos papéis discursivos se dão por meio de um espaço de estratégias que compreendem aquelas que visam à credibilidade e as que objetivam a captação.

As estratégias de credibilidade têm por fim conferir ao *sujeito comunicante* uma imagem de quem é passível de ser levado a sério, seja pelo valor de verdade daquilo que diz, seja pela sinceridade com que enuncia algo.

Há diferentes atitudes discursivas de que o sujeito se vale para se fazer depositário de credibilidade, a saber (CHARAUDEAU, 2006, p. 346 e 347): *de neutralidade*, que prevê o apagamento de qualquer julgamento ou apreciação pessoal por parte do *sujeito comunicante* a respeito do seu discurso; *de distanciamento*, que consiste numa postura racional diante do discurso, como aquela de quem apenas observa e analisa algo; e *de engajamento*, que se caracteriza por uma tomada de posição por parte do *sujeito comunicante* diante daquilo que fala, seja na escolha de palavras, argumentos ou modalização.

As estratégias de captação, a seu turno, são mobilizadas cada vez em que não há uma relação de autoridade entre o *sujeito comunicante* e o *sujeito interpretante*, o que leva primeiro a lançar mão de procedimentos discursivos que possam persuadir ou seduzir o outro a crer naquilo que é dito. A captação inclui diferentes atitudes discursivas, quais sejam: *uma atitude polêmica*, que busca antecipar e eliminar os possíveis argumentos contrários ao que é dito; *uma atitude de sedução*, que visa a despertar no outro o desejo de aderir ao que se propõe por meio da promessa de que o outro será beneficiado ou favorecido; e *uma atitude de*

dramatização, que consiste numa descrição dos fatos repleta de imagens e alegorias que buscam sensibilizar o outro.

No que tange às atividades linguísticas envolvidas nas estratégias de credibilidade e de captação, Charaudeau (1994, p. 2) elenca as de *informar (fazer saber)*; *persuadir (fazer crer)*; *seduzir (fazer prazer)*; e *incitar (fazer fazer)*.

A situação de comunicação atua de forma decisiva na constituição da identidade dos *parceiros* e também dos *protagonistas* do contrato de comunicação, isto é, na atribuição da identidade social e na construção da identidade discursiva dos sujeitos em interação. No primeiro caso, ela vai determinar que traços da identidade psicossocial serão pertinentes segundo aquele quadro situacional e, no segundo, irá indicar instruções de como os *parceiros* devem se comportar discursivamente, de acordo com os dados situacionais em questão.

Da mesma forma que é possível ratificar ou mascarar a identidade social por meio dos papéis discursivos assumidos no contrato de comunicação, não há garantias de que as orientações de comportamento discursivo previstos pela situação de comunicação sejam plenamente acolhidas. Na arena do discurso, sempre há a possibilidade de escolher entre respeitar, ocultar, subverter ou burlar tais instruções.

3. Algumas palavras sobre a crônica

Com base em diferentes estudos sobre o gênero, pode-se atribuir à crônica um caráter híbrido, desde sua função e classificação – na interseção entre o literário e o jornalístico – à sua constituição interna, abarcando diferentes padrões de organização textual e registros de linguagem (HARTUIQUE, 2003).

Em sua trajetória histórica, a crônica vincula-se à Idade Média, quando representava o registro cronológico dos fatos referentes à linhagem real, e, mais modernamente, ao século XIX, momento em que se apresentava como textos situados no rodapé dos jornais que tratavam dos mais variados assuntos com leveza e liberdade de estilo.

Desse legado, a crônica conserva seu tom pouco grave, sua abrangência temática e estilística e suas múltiplas formas de organização textual e, gradualmente, parece ter expandido sua área de atuação ou ao menos consolidado tendências que não eram tão presentes ou claras no passado.

Ao registro e exposição de fatos do cotidiano, o gênero incorporou o tom reflexivo e argumentativo que, embora possa revestir-se de estratégias sutis, cumpre seu papel de fazer pensar e persuadir, apoiando-se em recursos como a narrativa, a descrição, a metáfora e a ironia (BENDER; LAURITO, 1993).

Dada a variedade de recursos encontrada no repertório do escritor, verifica-se que tais ferramentas corporificam a linguagem em uso e ratificam o fato de que um gênero discursivo se configura antes por suas intenções comunicativas do que por sua estrutura. Na interseção entre gênero midiático e literário, pode-se atentar para a ocorrência de diferentes funções da linguagem e recursos estilísticos que se prestam a constituir a unidade significativa das crônicas: comentar, argumentar e fazer pensar constituindo-se, nas palavras de Machado de Assis, na “fusão admirável do útil e do fútil” (ASSIS *apud* BENDER; LAURITO, 1993).

No viés proposto por Charaudeau (2005), portanto, podemos dizer que o gênero crônica passeia entre o domínio *jornalístico* e *literário* do discurso, o que se verifica, inclusive, pelos diferentes suportes que lhe dão existência – jornais, revistas e livros, por exemplo. No contrato de comunicação estabelecido, há também certa flexibilidade quanto aos papéis assumidos pelos interlocutores e, dentre eles, poderíamos mencionar o de alguém que busca entreter e fazer pensar, refletir – o escritor (*eu-comunicante*) – e o de quem procura uma

leitura leve, mas que suscite reflexões e perspectivas mais sensíveis e aguçadas sobre a vida do que as que o cotidiano nos oferece – o leitor (*eu-interpretante*).

De forma bem-humorada, o próprio Luis Fernando Verissimo, no texto de apresentação do livro *O Nariz & Outras Crônicas* (1996), estabelece uma analogia entre a dificuldade de se traçar objetivamente a origem e a essência da crônica e a genealogia do ovo. Em “Crônica e Ovo, o autor argumenta que é mais importante observar e julgar a qualidade dos textos – quer sejam crônicas, contos, paródias etc – e dos ovos – fritos, estrelados, quentes etc – do que se limitar a uma mera questão de classificação e nomenclatura:

Por uma questão funcional, o ovo tem sempre o mesmo formato, coincidentemente oval. O cronista também precisa respeitar certas convenções e limites, mas está livre para produzir seus ovos em qualquer formato. Nesta coleção existem textos que são contos, outros que são paródias, outros que são puros exercícios de estilo ou simples anedotas e até alguns que se submetem ao conceito acadêmico de crônica. Ao contrário da galinha, podemos decidir se o ovo do dia será listado, fosforescente ou quadrado.

Você, que é o consumidor do ovo e do texto, só tem que saboreá-lo e decidir se é bom ou ruim, não se é crônica ou não é. Os textos estão na mesa: fritos, estrelados, quentes, mexidos... Você só precisa de um bom apetite.

4. A trama do texto: pressuposições e subentendidos

Uma vez que os sentidos de um texto não se encontram nele mesmo, mas se estabelecem num processo de interação entre diversos fatores, pressuposições e subentendidos assumem função de destaque no movimento de compreensão/interpretação textual.

A pressuposição caracteriza-se pelo processo em que conteúdos semânticos adicionais e não declarados são incorporados ao texto por meio de marcas da superfície textual. Pode-se elencar entre tais elementos verbos que indicam mudança ou permanência de estado (tornar-se, por exemplo); certos conectores que indicam circunstância; orações adjetivas; operadores argumentativos, entre outros (cf. KOCH, 1995, p. 44-46; FIORIN; SAVIOLI, 2006, p. 308-310).

Algumas abordagens teóricas da pressuposição permitem afirmar que tais recursos visam a uma manobra argumentativa: levam o outro a ser cúmplice dos conteúdos veiculados por dado pensamento, tal como se fosse uma verdade absoluta e indiscutível (FIORIN; SAVIOLI, 2006). O posto, perceptível na superfície textual pode ser refutado, ao passo que aquilo que lhe é pressuposto resiste à negação do enunciado, à sua transposição para pergunta e ao encadeamento, já que este é feito a partir do conteúdo declarado (cf. GERALDI; ILARI, 1992).

Diferentemente das pressuposições, os subentendidos, por sua vez, “são insinuações, não marcadas linguisticamente” (FIORIN; SAVIOLI, 2006, p. 310), depreendidas de um texto e formuladas por meio de inferências. Os subentendidos, portanto, são de responsabilidade do interlocutor e funcionam, de certa forma, como um escudo que protege o dizer do produtor de qualquer contestação, já que o que se pretende não é dizer claramente, mas apenas sugerir algo.

Beaugrande e Dressler (1981, p. 101) definem inferência como a “operação que consiste em suprir conceitos e relações plausíveis para preencher lacunas (vazios) e discontinuidades em um mundo textual” (grifos dos autores). O processo de inferir, pois, está intimamente relacionado à busca pela coerência, pela continuidade de sentido num texto.

Conceitos nucleares de seus estudos de semântica linguística, a pressuposição e o

subentendido são desenvolvidos por Ducrot (1987) com base em dois componentes semânticos distintos: o componente linguístico – âmbito da própria língua e do próprio enunciado sem a consideração das suas condições de ocorrência – e o componente semântico – aliança entre o âmbito da língua e as condições de produção do enunciado para o alcance do seu sentido efetivo. Os pressupostos filiar-se-iam ao primeiro componente, enquanto os subentendidos seriam formulados a partir do segundo.

Para Dell’Isola (2001, p. 12) a atividade inferencial está intimamente vinculada ao processo de produção de sentidos e apresenta-se como a “atividade cognitiva de gerar informações novas a partir de informações dadas. Essa atividade implica avaliar, associar, pregar e relacionar experiências”.

Essa definição coaduna-se com aquela apresentada por Ducrot (1987, p. 22-5), segundo a qual o subentendido configura-se como um procedimento discursivo que envolve certo raciocínio, “leis lógicas e psicológicas gerais”, “tanto sobre a enunciação quanto sobre o conteúdo enunciado”.

Consubstanciando essa perspectiva, Marcuschi (2008, p. 252) defende que

As inferências são produzidas com o aporte de elementos sociosemânticos, cognitivos, situacionais, históricos, linguísticos de vários tipos que operam integradamente. Compreender é, essencialmente, uma atividade de relacionar conhecimentos, experiências e ações num movimento interativo e negociado.

Apesar da discussão sobre o limite à produção de inferências para a determinação do sentido do texto, o uso real da língua aponta para uma multiplicidade de inferências que, segundo o contexto linguístico e a situação comunicativa, serão mais ou menos consideradas. A esse respeito, Koch (1989, p. 73) acrescenta que

[...] frequentemente, o produtor do texto deseja que as inferências não sejam limitáveis, que o texto abra muitas linhas de possíveis inferências. É o caso do texto dúbio (como muitas falas políticas e textos de humor e propaganda) ou polissêmico (como na literatura).

Marcuschi (2008) argumenta que o processo inferencial na produção e compreensão textual é um fenômeno complexo e depende de operações e estratégias que sejam eficazes para sua elaboração, a partir de elementos cotextuais e contextuais. Citando diferentes exemplos de avisos, o autor nos leva a perceber que sua função referencial torna-se secundária em relação ao valor performativo que apresentam: mais do que informar, os textos pretendem provocar alguma ação futura. Em “Fumantes” (*op.cit.*), por exemplo, afixado em uma parede de restaurante, pode-se formular as seguintes hipóteses interpretativas: a) há fumantes no restaurante; b) pessoas que fumam só podem se sentar naquela área do restaurante; c) aquela área do restaurante acomoda somente pessoas que fumam; d) só é permitido fumar naquela parte do restaurante.

Considerando a situação comunicativa, a identidade dos interlocutores (representantes do restaurante e clientes), as regras de convivência social que norteiam a relação entre espaço público e comportamentos individuais (ditadas, inclusive, por órgãos oficiais, tal qual o Ministério da Saúde) e o contrato de comunicação que esses elementos configuram, a quarta via de compreensão parece mais adequada.

A seguir, discutiremos sobre o uso e a função do *mas*, elemento linguístico e discursivo, cujo uso se funda em conteúdos explícitos e implícitos ao dizer, revelando a presença de múltiplas vozes e diferentes possibilidades de contrato de comunicação, objetos de estudo neste caso.

5. Os conectores na ótica da Semântica Argumentativa

A Semântica Argumentativa ou Semântica Enunciativa foi desenvolvida, sobretudo, por Ducrot e Anscombe (1983) e tem, no Brasil, representantes como Ingedore Koch (1992, 2006) e Eduardo Guimarães (1987). Nessa perspectiva, há dois grupos de conectores, que estabelecem diferentes vínculos entre as orações que interligam: os *operadores do tipo lógico* e os *operadores/encadeadores discursivos*.

No caso do emprego de um *operador do tipo lógico*, instaura-se uma conexão lógica entre os conteúdos expressos pelo enunciado de tal forma que este componha um único ato de linguagem ou, em outros termos, corresponda a apenas uma intenção comunicativa ou valor ilocucional. Tem-se, pois, o que se denomina *subordinação semântica* ou *frases ligadas* (DUCROT *apud* MONNERAT, 1998).

Os *operadores/encadeadores discursivos*, também chamados de *pragmáticos* ou *retóricos* (KOCH, 1992), funcionam, por sua vez, como norteadores da orientação argumentativa dos enunciados e estabelecem o encadeamento de dois ou mais atos de linguagem, fazendo com que entre eles se instaure uma relação de tema e comentário, o que concorre para a progressão textual e para a apreensão da intencionalidade ancorada no enunciado.

Além desses diferentes elos instaurados entre os enunciados, outro conceito relevante no âmbito dos estudos da Semântica Enunciativa é o de polifonia. Derivado de Bakhtin, o conceito de polifonia envolve a multiplicidade de vozes presentes num enunciado e permite perceber a relação entre este e a própria enunciação. Segundo Guimarães (1987, p. 19),

[...] no enunciado, há a representação de papéis diferentes do sujeito, ou seja, no próprio enunciado se representa a cisão fundamental do sujeito. Diremos, então, que os recortes enunciativos são sempre polifônicos. Ou seja, todo enunciado contém uma dialogia interna, fundamental na constituição do sentido.

A partir desse olhar, constituem-se dois pares de sujeitos no processo de enunciação: locutor/alocutário e enunciador/destinatário. No primeiro par, o locutor corresponde àquele que se assume como a instância do dizer no universo discursivo e que se associa às marcas representativas do eu. Em sua representação, dois papéis podem ser identificados: L e Lp. Enquanto o primeiro se mostra como a fonte do dizer, o segundo aponta para o “locutor-enquanto-pessoa-no-mundo” (GUIMARÃES, 1987, p. 21), instância que deve ser social e historicamente configurada. O alocutário, a seu turno, diz respeito ao tu correlacionado ao locutor e também pode desmembrar-se em AL e ALp pelo mesmo processo de desdobramento.

O enunciador relaciona-se à posição do sujeito que orienta o sentido da enunciação, e o destinatário é seu correlato. Assim, a enunciação mostra-se polifônica sob dois prismas: apresenta mais de um locutor para o enunciado e expressa mais de uma perspectiva enunciativa. Em toda enunciação, observa-se, pois, uma orientação argumentativa, que, para além de representar mero acessório do dizer, é constitutiva da própria linguagem, caracterizando-se por se apoiar num argumento que se direciona para a formulação de uma dada conclusão.

6. O caso do *mas*

Segundo a tipologia de Koch (1992), o *mas* representa um operador de *contrajunção* e se inclui no grupo dos operadores argumentativos ao lado dos de *conjunção*, *justificativa* ou *explicação*, *conclusão* e *comparação*.

A *contrajunção* é estabelecida pelos conectores responsáveis pela adversidade e pela concessão na classificação da gramática tradicional. Ambos os casos são reunidos sob a mesma rubrica em função da orientação argumentativa que constroem: os conectores de *contrajunção* indicam argumentos orientados para conclusões discursivamente contrárias.

A distinção entre os conectores adversativos e concessivos repousa na estratégia de relação adotada em cada situação. No caso do uso de um conector adversativo, configura-se a estratégia do suspense e, no caso de um conector concessivo, ganha lugar a estratégia da antecipação. Voltaremos a essa questão mais adiante.

Numa perspectiva discursiva, inclusive, os conectores adversativos e concessivos são representativos de um mesmo processo: a concessão. Ampliando o campo de análise da concessão, Anscombe (*apud* SCHNEDECKER, 1992, p. 79) defende que “a estratégia concessiva consiste em certa repartição de atos ilocucionários diferentes entre vários enunciadores de um ato de concessão” (tradução da autora). No ato concessivo, reconhece-se a validade total ou parcial de um argumento creditado a certo enunciador para, em seguida, apresentar um argumento mais forte orientado para uma conclusão inversa àquela autorizada pelo primeiro argumento. É nesse sentido que Gradus (*apud* SCHNEDECKER, 1992, p. 80) caracteriza a concessão como uma “pseudo-generosidade”.

Gouvêa (2005, p. 5) discute, com propriedade, essa perspectiva ao categorizar a concessão como uma estratégia argumentativa de grande valor, uma vez que atesta a existência de diferentes pontos de vista sobre um mesmo assunto e antecipa uma possível contra-argumentação à tese que se defende. Além disso, a concessão também funciona como um fator de preservação da face dos enunciadores, já que não invalida integralmente o argumento de outrem e caracteriza, ao mesmo tempo, o ponto de vista predominante como o de uma figura aberta a outros olhares.

Pela perspectiva da análise semântico-pragmática, pois, incluem-se também no mecanismo de *contrajunção* as conjunções concessivas *strictu-sensu* (embora, ainda que etc), que participam de construções do tipo *A, embora B* ou *embora B, A*. Os enunciados com concessivas permitem a mobilidade de suas proposições constituintes, contrariamente ao que se verifica com as formulações em que o *mas* é empregado (*p MAS q*).

O *mas* e o *embora* diferem, essencialmente, quanto à estratégia de relação de que se valem e quanto à direção argumentativa que apresentam. Enunciados *p MAS q* se estruturam com base na estratégia de suspense, uma vez que, até a inclusão do conector na segunda proposição, o interlocutor não sabe o que se seguirá e geralmente é levado a formular uma conclusão. É só a partir da inclusão do *mas* que se percebe, enfim, que a conclusão inicial será frustrada pelo valor contrastivo que o conector apresenta.

No caso do *embora*, sobretudo quando segue o paradigma *embora B, A*, a estratégia utilizada é a da antecipação: a presença do conector já anuncia, de antemão, que a asserção que traz a concessão não será mantida como o argumento decisivo.

Quanto à direção argumentativa, percebe-se que, no caso do enunciado com *mas*, o argumento mais forte que opera como delineador da conclusão que se alcança a partir do enunciado *p MAS q* é aquele introduzido pelo conector. Já no caso do *embora* e seus correlatos, como se observou, o argumento mais forte se configura na proposição não iniciada por conector.

Isso se explica pelo próprio funcionamento do processo concessivo, tal como foi anteriormente explicitado. No caso da concessão expressa por *mas*, a primeira asserção *p* representa a concessão, ou seja, o reconhecimento da pertinência do argumento de outrem, e a segunda asserção *q* traz o argumento ao qual o locutor do enunciado adere. Daí considerar-se a conclusão para a qual *q* aponta como a orientação argumentativa norteadora do discurso.

No caso da concessão indicada por *embora*, o processo é inverso: a asserção introduzida pelo conector é que traz o ponto de vista do outro, enquanto a asserção sem

conector representa o posicionamento adotado pelo locutor, que visa a defender e a sustentar sua tese. É justamente nesse ponto que costumam surgir dificuldades no entendimento e no emprego do *mas*, do *embora* e dos seus respectivos correlatos.

Conclui-se, pois, que a escolha e o uso deste ou daquele conector para a expressão da concessão deve obedecer a critérios argumentativos ou, em outros termos, pragmático-discursivos, mais do que a critérios sintáticos, pois a distinção entre os dois grupos de conectores – o do *mas* e o do *embora* – estabelece-se, de fato, a partir dos efeitos de sentido que cada qual produz.

Quanto ao *mas* e seus pares (*porém*, *no entanto*, *entretanto*, *contudo*, *todavia*) também se pode estabelecer uma outra distinção. Tais conectores podem apresentar dois valores de acordo com o papel que assumem no enunciado: o *mas*_{SN} (relacionado ao *sondern* do alemão e ao *sino* do espanhol), de caráter segmentativo, voltado a uma retificação, e o *mas*_{PA} (associado ao *aber* do alemão e ao *pero* do espanhol), de caráter coordenativo e orientação argumentativa e polifônica, uma vez que envolve o entrecruzamento de vozes num mesmo enunciado do tipo *p MAS q*.

Filiando-se a Ducrot, Schnedecker (1992) sublinha que a contradição em enunciados constituídos por *mas* não se encontra na superfície do dito, mas repousa sobre o cálculo que a presença do conector nos obriga a fazer.

Observamos, ainda, que a conclusão de cada asserção (*p* e *q*) se calca no senso comum, na perspectiva do interlocutor, ou em alguma área do saber e, ao integrar a expressão da *contrajunção*, confere ao enunciado um estatuto polifônico, em que se fazem presentes diferentes direcionamentos enunciativos. Vejamos o exemplo a seguir:

Ela não gostava de matemática, mas se esforçou para ser aprovada no vestibular.

No enunciado acima, o argumento apresentado pela asserção *p* (“não gostava de matemática”) só é suscetível de apontar para a conclusão “logo não estudou/não aprendeu matemática” porque existe a ideia, apoiada no senso-comum, de que as pessoas não devem se dedicar àquilo de que não gostam. Essa representa, no evento da enunciação, a perspectiva de um enunciador 1 (E1).

Por outro lado, o argumento apresentado na segunda asserção *q* só pode se manter como indicativo da conclusão “então resolveu se dedicar para aprender matemática” porque a ideia compartilhada socialmente de que devemos nos dedicar a algo de que não gostamos para alcançar determinada meta pessoal ou profissional autoriza essa orientação argumentativa. Essa é a perspectiva de outro enunciador (E2), com o qual o locutor do enunciado se identifica.

Anscombe e Ducrot (1983), teóricos da Semântica da Enunciação, postulam, portanto, que a argumentatividade não é um elemento acessório e consequente dos elos sintáticos e dos fatores semânticos dos enunciados. Esse elemento, ao contrário, é visto como constitutivo da própria linguagem na medida em que se volta a marcar a relação do dizer e do dito com as próprias circunstâncias da enunciação.

Os operadores discursivos, nesse caso, funcionam, então, como uma espécie de ligação entre a língua e o discurso, já que, ao mesmo tempo em que são marcas linguísticas, “revelam o sentido para o qual o enunciado aponta; em outras palavras, expressam a intenção (componente da enunciação) argumentativa do enunciado, o que equivale a dizer que são marcas linguísticas da enunciação dentro dele” (GOUVÊA, 2006, p. 111).

7. O estudo dos estereótipos

Lysardo-Dias (2007) e Charaudeau & Maingueneau (2006) apresentam os conceitos que as diferentes áreas atribuem ao termo estereótipo. A primeira autora elenca três principais conceitos: a) no âmbito da psicologia social, estereótipos referem-se a imagens pré-fabricadas que se convencionalizam num grupo social e gerenciam sua convivência, de modo a se tornarem indicadores da organização desse grupo; b) no campo sociológico, o estereótipo adquire papel construtivo na medida em que concorre para a estabilidade e a coesão do grupo, já que influencia ideias e atitudes dos indivíduos; c) na perspectiva discursiva, enfim, estereótipo apoia-se na ideia de pré-construído, o que aponta para uma distinção entre o que é produzido na enunciação e o que é ativado como saber anterior e compartilhado por membros de um mesmo grupo. Engendrando preconceitos ou lugares comuns, os estereótipos configuram um universo de referência indispensável para a interação.

A par da abordagem sociológica, Charaudeau & Maingueneau (2006, p. 214 e 215) acrescentam a perspectiva linguística e ressaltam o valor ideológico que os estereótipos assumem no processo discursivo. Já para as vertentes da Análise do Discurso, o processo de estereotipagem representa um mecanismo de naturalizar o dito, escondendo a dimensão sócio-histórica da enunciação sob o manto do que é visto como natural por ser coletivamente aceito.

Os autores (2006) destacam, ainda, juntamente a Lysardo-Dias (2007), que o conceito de estereotipia confirma o dialogismo da linguagem, princípio bakhtiniano segundo o qual o dito convoca constantemente o já-dito, revelando uma superposição de vozes na construção enunciativa e configurando o que se conhece por *intertextualidade* e *interdiscursividade*.

Soma-se a essas abordagens a visão cognitiva que, descrita em Lima (1997, p. 171), aponta para o caráter econômico da estereotipia, já que tais representações possibilitam às pessoas se organizarem “de tal forma (...) que uma grande quantidade de informação possa ser acedida com o mínimo de esforço cognitivo”. Sob esse prisma, as realizações mais comuns do estereótipo seriam o protótipo, o enquadramento (*frame*) e o guião (*script*).

Ainda que, a princípio, os estereótipos impliquem cristalização e fixação de imagens e conceitos, eles não se mostram como elementos estáticos. Tal como sublinha Lysardo-Dias (2007, p. 27), eles são veiculados por diferentes agentes (família, escola, mídia etc) e, ao mesmo tempo em que podem ser ratificados, podem, igualmente, sofrer modificações em consonância com as mudanças vividas pela sociedade em geral. Assim, cada época e grupo social engendram determinados conceitos e olhares, de sorte que o que se impunha enquanto estereótipo num momento e lugar pode ter sido reelaborado e, até mesmo, negligenciado pelo grupo, em outro período.

Isso posto, concluímos que, assim como os estereótipos são reforçados em diferentes discursos, podem também ser dessacralizados, desconstruídos e remodelados, sinalizando um questionamento de construtos culturais e, por extensão, certa ruptura com a voz coletiva em favor de uma voz mais particularizada, que coloca em relevo aspectos que vão de encontro às expectativas – parciais ou totais – sustentadas pela estereotipia.

8. Análise do *corpus*: duas crônicas de Verissimo

A seguir, propomos, com base no aporte teórico previamente apresentado, o estudo das crônicas *Aniversário* e *O Mendoncinha*, ambas publicadas em 2004, na coletânea *O melhor das comédias da vida privada*.

8.1 Aniversário

Nessa crônica, identificamos a rápida incursão de um narrador, os personagens Ruy e Nara. Em primeiro lugar, atribuímos a Ruy o lugar de personagem cômico, já que ele revive um drama tão comum aos homens: em geral, não se lembram das datas comemorativas e dos detalhes do namoro ou casamento; esses registros ficam a cargo da mulher:

(A)² (...)Pense bem. É um aniversário.

Meu Deus, pensou o Ruy. Esqueci o nosso aniversário de casamento outra vez, como no mês passado. **Mas**³ se tinha sido no mês passado, não podia ser agora. O aniversário dela também não era. Ou era?”

A situação parece tão assustadora para o personagem masculino que ele tenta recapitular os fatos anteriores. Ao enunciar uma construção com uma condicional precedida por um *masPA*, percebe, enfim, a impossibilidade do seu esquecimento se repetir, já que o aniversário de casamento e o seu lapso de memória já tinham acontecido mês passado. O *mas* aponta, então, para a seguinte reflexão: a afirmação de que o aniversário já acontecera leva à conclusão de que ele não poderia se repetir.

(B) **Mas** se tinha sido no mês passado, não podia ser agora. O aniversário dela também não era. Ou era?”.

Em C, o conhecimento da mulher sobre a falta de memória do homem com relação às datas importantes no relacionamento fica claro no enunciado introduzido por um *masPA*, confirmando a sua insistência no assunto, não obstante a tentativa de Ruy em disfarçar o problema. O *mas*, a seguir, indica uma negação de expectativa:

(C) Seria possível? A Nara dera para aquilo, agora. Ele forçou um sorriso, fez um ruído indefinido e voltou à sua leitura. **Mas** ela insistiu.

Em outra passagem, o emprego do conector *mas* parece sinalizar reprovação ou estranheza em primeiro plano⁴ e estar relativamente distanciado do sentido de contraposição do *masPA*:

(D) Virou-se para a mulher. Os dois se beijaram. Depois Ruy pegou o livro outra vez. Nara protestou:

– **Mas** só isso?

Em E, vemos interessantes usos do *mas*. Em E1, não temos acesso à continuação do enunciado, mas pelo contexto da interação e pela sequência do texto, podemos classificá-lo como um *masPA*, tal como acontece na segunda ocorrência (E2), e ambos geram uma negação de expectativa. O último emprego do *mas* (E3) já destoa dessa função e parece servir de reforço à expressão exclamativa do nome do marido, à maneira de uma reprimenda⁵.

² Na citação de trechos do *corpus*, recorreremos ao uso de letras em sequência para melhor organizá-los, seguidas de números em ordem crescente quando, em um mesmo fragmento, houver mais de um emprego do conector *mas* ao qual nos referimos na análise.

³ Em cada trecho do *corpus*, destacamos as ocorrências do conector *mas*.

⁴ Esses usos são estudados por Said Ali em *Meios de alterações e expressões semânticas* (1971).

⁵ Conferir nota 4.

- (E) – Se a eu me lembro, naquele dia foi só um beijo.
 – Sim, **mas** (E1)...
 – Eu insisti, **mas** (E2) você não quis.
 – **Mas** (E3) Ruy!

Podemos também analisar o efeito de comicidade do texto com base no conceito de estereótipos. Em geral, o estereótipo feminino que circula na sociedade, sobretudo na classe média, não abona um comportamento mais liberal em que a mulher toma a iniciativa nos relacionamentos ou manifesta claramente seus desejos sexuais. Esse papel é normalmente atribuído ao homem.

Na crônica, a mulher se mostra desejosa de ter relações sexuais com o marido, ao passo que ele aparentemente demonstra maior interesse em outra atividade naquele momento: a leitura, que, até então, também configura uma desconstrução do estereótipo masculino. Isso se concretiza por meio dos enunciados interligados por um *mas PA* no início da crônica:

- (F) Ruy e Nara foram para a cama na hora de sempre. Ruy pegou seu livro. **Mas** a Nara queria conversa.

Devido a esse descompasso entre o desejo do homem (leitura) e o da mulher (sexo) – que, a julgar pelo senso comum, também configura uma inversão –, a mulher recorre a subterfúgios para tentar convencer o marido. Sob o pretexto de comemorar o aniversário da primeira vez do casal, ela tenta persuadi-lo e, ao mesmo tempo, preservar sua imagem ao não ser explícita quanto ao seu desejo sexual.

Ele, por sua vez, também parte em busca da preservação de sua própria imagem: não reconhece que não quer ter relações sexuais – o que poderia comprometer seu brio masculino e, portanto, sua autoimagem – e, ao mesmo tempo, procura não ameaçar a autoimagem da sua esposa, negando o seu desejo de forma indireta: ele não diz que não quer ter relações com ela, ele diz simplesmente que não quer comemorar o aniversário antecipadamente, fora da data.

Como o aniversário representa uma espécie de metáfora para a primeira relação sexual do casal, entendemos que sua resposta (“Eu, nessas coisas, sou ortodoxo. Aniversário é no dia!”) funciona como uma espécie de mensagem cifrada com base na associação feita pela esposa. O encadeamento efetuado pelo marido nessa última sequência também aponta para outra possível causa de sua recusa, além de um simples não querer. Tais inferências são autorizadas pela própria situação de comunicação.

Quando a esposa enuncia um ato de linguagem iniciativo com valor de pedido/sugestão (“Então vamos comemorar o que aconteceu dois meses depois”), o marido opta por formular seu ato reativo na forma de um par causa/consequência que poderia ser assim parafraseado: Como sou ortodoxo, aniversário é só no dia. Tal formulação provoca um efeito de humor, pois aponta para a ironia contida em sua fala.

Num movimento retroativo, somos levados a ressignificar a negação do marido e a associá-la, inclusive, por suas falas finais, a um desejo de vingança: como na época do namoro Nara negou o desejo que ele sentia por ela, Ruy agora se vê com a possibilidade de dar-lhe o troco.

A formulação dessa hipótese e grande parte do efeito espirituoso do enunciado final do marido relacionam-se ao ar de ironia que se pode inferir: o fato de ele ter tentando conseguir mais que um beijo numa determinada ocasião do namoro com a esposa desfaz qualquer atitude ortodoxa que ele possa reclamar para si. Assim, ele não estaria dizendo “não” por ser tão conservador a ponto de se importar com a data precisa de uma comemoração.

Nesse contexto, isso parece uma desculpa tão infundada que soa até como uma provocação ao “Estou com dor de cabeça. Hoje não” de que as mulheres costumam se valer, segundo os estereótipos a elas vinculados, para dizer “não” aos seus parceiros.

8.2. O Mendoncinha

Nesse caso, não encontramos a figura do narrador: há apenas um diálogo entre um homem e uma mulher que mantêm um relacionamento amoroso.

O efeito espírituoso apoia-se na existência de diferentes posicionamentos (à primeira vista incompatíveis) dos sujeitos em interação, promovendo um efeito de economia, já que, no âmbito textual, esses diferentes papéis se dispõem como subconjuntos da mesma situação comunicativa: conversa entre namorados.

Podemos identificar que a interação representada é marcada por três diferentes sequências, que, de certo modo, caracterizam uma espécie de *intergenericidade* e, portanto, vinculam-se a diferentes contratos de comunicação.

A primeira sequência da crônica aponta para um diálogo entre o homem e a mulher antes de uma relação sexual. Os enunciados que vão da linha um à cinco da crônica (*cf.* anexos), por exemplo, permitem-nos fazer tal associação. O segundo bloco da interação diz respeito a uma conversa de cunho psicanalítico, assumindo ares de uma sessão de análise. Ele tem início entre as linhas cinco e seis e se estende até quase o final da crônica, quando outra sequência é percebida. Essa ganha existência nas últimas oito linhas do texto e se mostra como um momento de divergência ou de discussão entre os namorados.

Embora a primeira sequência funcione como uma espécie de espinha dorsal do texto, não se pode afirmar que ela esteja sempre em primeiro plano. Ao longo do diálogo, percebemos que a maior parte da interação se dá dentro do molde da sessão de análise, já que os namorados compartilham termos técnicos e dividem seus conflitos identitários e sexuais.

A configuração linguística dos trechos reproduzidos abaixo corroboram os papéis identitários que ambos assumem naquele momento. Num primeiro momento, à semelhança de um paciente em consulta psicanalítica, a mulher descreve para o namorado, agora no papel de um suposto psicólogo, o estado de coisas que a aflige, deixando-nos perceber a impossibilidade de definir, com exatidão, o seu conflito interior:

(A) – Tente relaxar...

– Desculpe. É que tem uma parte de mim que, entende? Fica de fora, distanciada, assistindo a tudo. Uma parte que não consegue se entregar...

– Eu entendo.

– É como se fosse uma terceira pessoa na cama.

– Certo. É o seu superego. O meu também está aqui.

Na sequência, a namorada, ainda externando sua angústia, antecipa que não consegue solucionar a questão e elimina qualquer esperança de que o problema pudesse se resolver, ao expressar, mais uma vez, o seu desejo:

(B) – Certo. É o seu superego. O meu também está aqui.

– O seu também?

– Claro. Todo mundo tem um. O negócio é aprender a conviver com ele.

– Se ele ao menos fechasse os olhos!

Por meio da formulação de inferências com base no comportamento do homem, podemos até questionar as suas motivações para se mostrar compreensivo e disposto a

participar de uma conversação tão subjetiva e emocional, algo que, estereotipicamente, não se associa às atitudes masculinas.

A intervenção (C) “– **Mas** sexo é uma coisa tão natural!”, linguisticamente marcada por um conector *masPA*, pode nos levar a deduzir que sua postura paciente seja motivada por puro interesse em convencer a mulher a consumir o ato sexual. Dado o seu perfil persuasivo, o enunciado pode, inclusive, ser caracterizado como um apelo.

A última sequência observada, porém, direciona o leitor para mais uma conclusão sobre o comportamento do namorado: ele poderia até agir com paciência e aceitar discutir os conflitos e receios femininos antes da relação sexual, mas a presença do ex-namorado da mulher, ainda que imaginária e tão racionalmente encarada com relação a outras pessoas (pai, mãe, analista etc), é inadmissível:

(D) Bota o Mendoncinha para fora desta cama. (...)
Ou sai o Mendoncinha, ou saímos eu e a minha turma!

A partir de então, o homem entende a menção ao Mendoncinha como uma afronta ao seu papel de atual namorado, sinalizando-a com uma brusca interrupção no fluxo da conversação e empregando um enunciado alternativo com valor condicional, à maneira de uma ameaça: “se o Mendoncinha não sair, eu sairei”. A mulher, por sua vez, parece tentar retomar o curso da interação, o que pode ser percebido por suas repetidas intervenções, frustradas pelas exaltadas incursões do namorado:

(E) – (...) Foi com ele que...
– Espera um pouquinho. O Mendoncinha não.
– **Mas** (E1)...
– Bota o Mendoncinha para fora desta cama.
– **Mas** (E2)...

Em E1 e E2, é interessante notar a ocorrência de dois conectores seguidos na fala da mulher, intercalando-se com o peremptório tom de fala do homem, exigindo que ela expulsasse o ex-namorado “da cama” e do diálogo que travavam. Nesses dois casos, o *mas* parece assumir a função de um elemento de retomada do turno na interação⁶, distanciando-se do seu papel de *masPA*.

Fenômeno semelhante parece acontecer no seguinte trecho (F), em que o emprego do conector *mas* também se distancia de sua função primordial de operador argumentativo e se aproxima do *mas* descrito por Said Ali (1971) :

(F) – Quer dizer: cada um de nós é, na verdade, três.
– Quatro, contando com o que a gente é mesmo.
– **Mas** o que é que a gente é mesmo?

Essa confluência de diferentes identidades sociais e discursivas na crônica parece concorrer para a exposição do ridículo que caracteriza o comportamento masculino: embora ele aparente paciência, compreensão e certa modernidade ao engajar-se numa conversa sobre os dramas interiores que ele e ela trazem, sem externar qualquer ansiedade para a concretização do ato sexual, ao final, ele é desmascarado por seu próprio machismo, mostrando-se incapaz de tolerar a lembrança ou a menção ao ex-namorado.

⁶ Conferir nota 4.

Assistimos, pois, ao longo da interação, à passagem de um comportamento mais sensível, pouco ligado à imagem masculina, a outro prototipicamente associado aos homens. Isso produz um efeito cômico, já que sublinha o comportamento machista do namorado e sua incapacidade de lidar com o passado amoroso da parceira.

Além disso, os diferentes papéis conferidos ao homem, na crônica, procedem a um jogo intertextual com o senso-comum. Na maior parte da crônica, desconstroem-se as concepções que se tem acerca do comportamento masculino: o homem reconhece, discute e divide seus conflitos interiores com a mulher; em seus trechos finais, porém, tais concepções são ratificadas: o homem perde toda a paciência mantida até ali em função de um assunto proibido, o ex-namorado.

9. Considerações finais

Com base nas análises das crônicas selecionadas, verificamos de que modo a alternância de papéis sociais e discursivos assumidos pelos personagens em jogo concorreu para a realização do projeto de comunicação delineado nos textos de Verissimo.

Alicerçando-nos em conceitos teóricos vinculados à Semântica Argumentativa e à Semiologia, sobretudo no uso do conector *mas* e no estabelecimento do contrato de comunicação, respectivamente, identificamos a multiplicidade de vozes presentes nos textos, fator que se mostrou decisivo para o estabelecimento do humor nas crônicas.

A fim de perceber esse jogo polifônico relacionado aos papéis assumidos por homens e mulheres nos textos, recorreremos, ainda, aos conteúdos implícitos, acionados pela via dos pressupostos e subentendidos, sem os quais grande parte do projeto comunicativo visado perderia sua eficácia e não seria bem-sucedido, já que, em grande medida, a ironia e o riso neles se fundamentam.

Ao cabo dessa breve proposta, portanto, ressaltamos a importância da aliança entre elementos linguísticos e discursivos para que o processo de leitura de textos, nesse caso específico de crônicas, possa recobrir, em toda a sua multiplicidade, os variados sentidos ali mobilizados. Tal fator pode, inclusive, contribuir para uma prática pedagógica mais significativa e coerente com o rico e múltiplo funcionamento daquilo que nos constitui como seres humanos: o fenômeno da linguagem.

10. Referências

- ANSCOMBRE, Jean-Claude; DUCROT, Oswald. *L'argumentation dans la langue*. Bruxelas: Mardaga, 1983.
- BEAUGRANDE, Robert-Alain de; DRESSLER, Wolfgang Ulrich. *Introduction to Text Linguistics*. London and New York: Longman, 1981.
- BENDER, Flora; LAURITO, Ilka. *Crônica: história, teoria e prática*. São Paulo: Scipione, 1993.
- CHARAUDEAU, Patrick. *Grammaire du sens et de l'expression*. Paris: Hachette, 1992.
- _____. *O que quer dizer comunicar*. Trad. Agostinho Dias Carneiro, RJ: mimeo, 1994.
- _____. Uma análise semiológica do texto e do discurso. In: PAULIUKONIS, Maria Aparecida Lino & GAVAZZI, Sigrid (Orgs.). *Da língua ao discurso: reflexões para o ensino*. Rio de Janeiro, Lucerna, 2005.
- _____. Identité sociale et identité discursive, le fondement de la compétence communicationnelle. *Gragoatá*, Niterói: EdUFF, v.17, p.339-354, 2006.
- _____. *Linguagem e discurso: modos de organização*. São Paulo: Contexto, 2008.

- CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de Análise do Discurso*. São Paulo: Contexto, 2006.
- DELL'ISOLA, Regina Lúcia Péret. *Leitura: inferências e contexto sociocultural*. Minas Gerais: Formato Editorial, 2001.
- DUCROT, Oswald. *O dizer e o dito*. Campinas: Pontes, 1987.
- FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. *Lições de texto*. São Paulo: Ática, 2006.
- GERALDI, João Wanderley; ILARI, Rodolfo. *Semântica*. São Paulo: Ática, 1992.
- GOUVÊA, Lucia Helena Martins. *Conectores concessivos e adversativos: uma visão discursiva*. In.: Interletras – Revista Transdisciplinar de Letras, Educação e Cultura da UNIGRAN-MS – Dourados – MS. v. 1 n.2, 2005. Disponível em <<http://www.unigran.br/interletras/n2>>. Acesso em: 15 de jun. de 2009.
- _____. Operadores argumentativos: uma ponte entre a língua e o discurso. In: PAULIUKONIS, Maria Aparecida Lino; SANTOS, Leonor Werneck. *Estratégias de leitura: texto e ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.
- GUIMARÃES, Eduardo. *Texto e argumentação: um estudo de conjunções do português*. Campinas: Pontes, 1987.
- HARTUIQUE, Deise Luci Luiz. Crônica jornalística: um gênero ambíguo de texto. In: PAULIUKONIS, Maria Aparecida; GAVAZZI, Sigrid (Orgs.). *Texto e discurso: mídia, literatura e ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003.
- KOCH, Ingedore G. Villaça. *Texto e Coerência*. São Paulo: Cortez, 1989.
- _____. Dificuldades na leitura/produção de textos: os conectores interfrásticos. In: KIRST, Marta et al. (Orgs.) *Linguística aplicada ao ensino de português*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1992.
- _____. *A inter-ação pela linguagem*. São Paulo: Contexto, 1995.
- _____. *Argumentação e linguagem*. São Paulo: Cortez, 2006.
- LIMA, Maria Manuel. Considerações em torno do conceito de estereótipo: uma dupla abordagem. *Revista da Universidade de Aveiro*, Aveiro, Publicação do Departamento de Línguas e Culturas, Universidade de Aveiro, 1997, p.169-181. Disponível em: <<http://sweet.ua.pt/~mbaptista/consideracoes%20em%20torno%20do%20conceito%20de%20esterotipo.pdf>>. Acesso em: 26 de abr. 2009.
- LYSARDO-DIAS, Dylia. A construção e a desconstrução de estereótipos pela publicidade brasileira. *Stockholm Review of Latin American Studies*, 2007, p.25-35. Disponível em: <http://www.lai.su.se/gallery/bilagor/SRoLAS_No2_2007_pp25-35_Lysardo-Dias.pdf> Acesso em: 26 de abr. 2009.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola, 2008.
- MONNERAT, Rosane. *Uma leitura semiolinguística dos conectores “e” e “se” no texto publicitário*. 1998. 2v. 235p. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Letras e Artes, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 1998.
- SAID ALI, Manuel. *Meios de expressão e alterações semânticas*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1971.
- SCHENEDECKER, Catherine. *Quand il faut faire des concessions...quelques suggestions pour la didatique de la concession*. Pratiques, n°75, 1992.
- VERISSIMO, Luis Fernando. *O nariz e outras crônicas*. São Paulo: Ática, 1996.
- _____. *O melhor das comédias da vida privada*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.

10. Anexos

*Aniversário*⁷

Ruy e Nara foram para a cama na hora de sempre. Ruy pegou seu livro. Mas a Nara queria conversa.

- Meu bem...
- Mmmmm?
- Sabe que dia é hoje?
- Quinta.
- Do mês.
- Ahn... Dezoito.
- E então?
- Então, o quê?
- Pense bem. É um aniversário.

Meu Deus, pensou o Ruy. Esqueci o nosso aniversário de casamento outra vez, como no mês passado. Mas se tinha sido no mês passado, não podia ser agora. O aniversário dela também não era. Ou era?

- Que aniversário? – perguntou.
- De uma coisa que aconteceu há muitos anos...
- Muitos anos?
- Antes do nosso casamento.
- Não consigo me lembrar.
- No sofá da minha casa...
- No sofá da sua casa?
- Lembrou agora?

Seria possível? A Nara dera para aquilo, agora. Ele forçou um sorriso, fez um ruído indefinido e voltou à sua leitura. Mas ela insistiu.

- Meu bem...
- Mmmmm?
- Vamos comemorar?
- Vamos – suspirou o Ruy, colocando o livro sobre a mesa-de-cabeceira.

Virou-se para a mulher. Os dois se beijaram. Depois Ruy pegou o livro outra vez. Nara protestou:

- Mas só isso?
- Só isso o quê?
- Só um beijo, Ruy?
- Se eu me lembro, naquele dia foi só um beijo.
- Sim, mas...
- Eu insisti, mas você não quis.
- Mas Ruy!
- Eu não insisti? Não pedi mais do que um beijo? E o que foi que você disse?
- Eu disse “não”.
- Suas exatas palavras. “Não.”
- Mas depois eu deixei, Ruy.
- Dois meses depois. Dois meses e meio!
- Ah, Ruy...

⁷ VERISSIMO, Luis Fernando. *O melhor das comédias da vida privada*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004, p. 153.

- Não.
- Então vamos comemorar o que aconteceu dois meses depois.
- Eu, nessas coisas, sou ortodoxo. Aniversário é no dia!

* * *

*O Mendoncinha*⁸

- Tente relaxar...
- Desculpe. É que tem uma parte de mim que, entende? Fica de fora, distanciada, assistindo a tudo. Uma parte que não consegue se entregar...
- Eu entendo.
- É como se fosse uma terceira pessoa na cama.
- Certo. É o seu superego. O meu também está aqui.
- O seu também?
- Claro. Todo mundo tem um. O negócio é aprender a conviver com ele.
- Se ele ao menos fechasse os olhos!
- Calma. Eu sei como você se sente. Nestas ocasiões, sempre imagino que a minha mãe está presente.
- A sua mãe?
- É. Ela também está conosco nesta cama.
- Você se analisou?
- Estou me analisando. Pensando bem, ele também está aqui.
- Quem?
- O meu analista. Nesta cama. Meu Deus, ao lado da minha mãe!!
- Meu pai está aqui...
- Seu pai também?
- Meu superego e meu pai.
- O superego e o pai podem ser a mesma pessoa. Será que um não acumula?
- Não, não. São dois. E não param de me olhar.
- Mas sexo é uma coisa tão natural!
- Diz isso pra eles.
- Na verdade, não é mesmo? Nem nós somos só nós. Eu sou o que eu penso que sou, sou como você me vê...
- E a gente também é o que pensa que é para os outros.
- Quer dizer: cada um de nós é, na verdade, três.
- Quatro, contando com o que a gente é mesmo.
- Mas o que é que a gente é mesmo?
- Sei lá. Eu...
- Espere um pouco. Vamos recapitular. Do seu lado tem você - aí já são no mínimo três pessoas - o seu superego, o seu pai...
- Do seu lado, vocês três, a mãe de vocês e o analista.
- E o meu superego.
- E o seu superego.
- Mais ninguém?
- O Mendoncinha.
- Quem?!
- Meu primeiro namorado. Foi com ele que...
- Espera um pouquinho. O Mendoncinha não.

⁸ VERISSIMO, Luis Fernando. *O melhor das comédias da vida privada*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004, p. 142.

- Mas...
- Bota o Mendoncinha para fora desta cama.
- Mas...
- Ou sai o Mendoncinha, ou saímos eu e a minha turma!